SERVIDOR ESTADUAL — ATRASO DE VENCIMENTO — CORREÇÃO
MONETÁRIA

— *Recurso extraordinário. Pagamento de vencimentos. Constituição Estadual que estabelece data-limite para o pagamento de vencimentos, corrigindo-se monetariamente seus valores se pagos em atraso.*

— *A jurisprudência desta Corte já se firmou (particularmente ao julgar a ADN 176) no sentido de que o estabelecimento, em Constituição Estadual, de data-limite para o pagamento dos servidores estaduais e a determinação de correção monetária, em caso de atraso, não ofendem o princípio da independência dos Poderes, pois não implicam a criação de cargos ou aumento de remuneração, nem ferem o poder de iniciativa exclusiva do Governador do Estado. Ademais, de há muito, e independentemente de lei que a imponha, este Tribunal se manifesta no sentido da incidência de correção monetária sobre os vencimentos pagos em atraso por entender tratar-se de dívida de caráter alimentar, assim, por haver, em última análise, a Constituição estadual reconhecido esse caráter a tais débitos, não há como pretender-se tenha ela invadido competência privativa da União Federal.*

— *Recurso extraordinário não conhecido.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Recurso Extraordinário n. 223.454

Recorrente: Estado do Rio Grande do Norte

Recorridas: Salizete Freire Soares e outras

Relator: Sr. Ministro MOREIRA ALVES

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso extraordinário.

Brasília, 05 de maio de 1998.

MOREIRA ALVES — PRESIDENTE E
RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES — (Relator):

É este o teor da ementa do acórdão que julgou a apelação e a remessa oficial:

'CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. PAGAMENTO FORA DO PRAZO LEGAL. APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA. DÍVIDA DE NATUREZA ALIMENTAR. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28, § 5º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APLICAÇÃO DO ART. 1º DO DECRETO Nº 20.910/32. RECURSO IMPROVIDO.

A correção monetária de que trata o art. 28, § 5º, da Lei Magna Estadual não disciplina sobre a atualização da moeda alusivo ao sistema monetário nacional cuja normalização é, reconhecidamente, de competência exclusiva da União. Trata-se, tão-somente, de

uma garantia aos servidores públicos do recebimento de seus vencimentos atualizados, quando do pagamento em atraso. Rejeição da prejudicial de inconstitucionalidade.

Constitui-se dívida de natureza alimentar, o valor correspondente à distorção em detrimento ao patrimônio do servidor, decorrente do pagamento de seus vencimentos em atraso e sem a devida atualização monetária.

Deve-se observar a prescrição quinquenal correspondente ao período retroativo a propositura de qualquer ação contra o Estado ou a Administração Pública, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 20.910/32. *Porquanto, à atualização monetária incide apenas sobre os vencimentos posteriores aos cinco (05) anos contados do ajuizamento da demanda.*

Recurso não provido.” (fls. 112/113).

Interposto recurso extraordinário, foi ele admitido pelo seguinte despacho:

“Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, em face do recorrido, insurgindo-se contra Acórdão da Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, prolatado nos autos de Apelação Cível e que, por unanimidade de votos, havia negado provimento ao apelo.

Interposto o recurso, a tempo e a modo, foi intimado o recorrido, abrindo-se-lhe vista, tendo o mesmo apresentado contra-razões.

Vêm os autos conclusos para os fins previstos nos parágrafos do art. 542 do Código de Processo Civil.

Examinemos.

II. A admissibilidade do recurso extraordinário está condicionada à observância de pressupostos recursais genéricos e específicos, que passaremos a averiguar.

Os pressupostos recursais genéricos, para utilizarmos a classificação de *Nelson Nery Júnior*, podem ser objetivos ou subjetivos. Os objetivos estão claramente presentes na interposição que se examina, de tal forma que dispensável maiores delongas na apreciação. De bom alvitre, entretanto, citá-los:

- a) tempestividade;
- b) preparo;
- c) regularidade formal;
- d) inexistência de fato impeditivo ou extin-

tivo do poder de recorrer (desistência, renúncia, transação etc.).

III — Já os pressupostos genéricos subjetivos merecem breves considerações. São eles:

- a) legitimidade para recorrer;
- b) interesse em recorrer;
- c) cabimento;

O interesse e a legitimidade são flagrantes, bastando que se busque a sua correta compreensão nos ensinamentos de *Moacyr Amaral Santos*, para quem “tem interesse em recorrer é aquele a quem a decisão, a sentença ou o acórdão causou prejuízo. Este resulta de sucumbência. Legitimada para recorrer é a parte vencida” (Primeiras Linhas de Direito Processual Civil, 8ª ed. p. 90, Saraiva). Tendo o recorrente sucumbido em sua pretensão, em face de Decisão em sentido contrário a que almejava, evidencia-se o seu interesse e a sua legitimidade para recorrer.

Quanto ao cabimento, poder-se-ia considerar enquadrado neste requisito a *Decisão proferida por Órgão Judiciário, que seja final* (“proferida em única ou última instância”), e que tenha por objeto matéria que tenha sido *prequestionada* e atinente à *quaestio juris* ou seja, que não encerre discussão fática. Enquadra-se, a decisão atacada, nesta postura.

Assim, observados foram os pressupostos genéricos subjetivos.

IV — Examinemos, por fim, os pressupostos específicos de admissibilidade, que se traduzem, em última análise, no enquadramento do recurso nas hipóteses traçadas pelo art. 102, III, da Constituição Federal.

O recorrente invoca a ocorrência de “contrariedade a dispositivo da constituição federal” (art. 102, III, “a”).

V — A violação da Constituição Federal seria a afronta ao seu art. 22, incisos VI e VII. Observa-se, sem dificuldades, que o fundamento do Acórdão atacado considerou que o art. 28, § 5º, da Constituição Estadual, que amparava a pretensão dos recorridos, não afronta a norma constitucional, o que, na tese jurídica defendida pelo recorrente, não seria a interpretação mais adequada.

Sem adentrar na correção, ou não, desta tese, em que se apegamos o recorrente, o certo é que, em se admitindo hipoteticamente como

correta, impositiva seria a conclusão de que contrariado restaria o dispositivo constitucional.

Na verdade, não é claro que o *Decisum* tenha contrariado a letra da norma (*sententia contra litteram legis*), mas ao que parece contrariou hipoteticamente o sentido ou o espírito da mesma (*sententia contra rationem legis*), aso em que também se deve considerar enquadrado na alínea “a” do dispositivo constitucional. Neste particular, oportuna é a lição de *Rodolfo de Camargo Mancuso*, para quem “a contrariedade à CF e à Lei Federal, que podem, respectivamente, ensejar recurso extraordinário ou especial, tanto pode consistir na afronta à letra, como ao espírito da lei” (Recurso Extraordinário e Recurso Especial, 4ª ed. RT, p. 119/120).

Observe-se, também, que não se fala aqui em contrariedade real, mas hipotética, na melhor lição de *Barbosa Moreira*, já que o requisito de admissibilidade será sempre a mera ocorrência hipotética (isto é, alegada) da afronta à norma, já que não se há de querer, para admitir o recurso pela letra “a”, que o recorrente prove desde logo a contrariedade real, sendo bastante que ele a argúa. Do contrário, estar-se-ia a exigir, ao arrepio da técnica e da lógica, que o recurso fosse antes tido como procedente para depois poder ser considerado admissível.

Admissível, portanto, o recurso, em face da violação a dispositivo da Constituição Federal.

VI — Pelo exposto, e na forma dos parágrafos 1º e 2º do art. 542 do C.P.C., Admito o presente Recurso Extraordinário pela alínea “a”, do art. 102, III, da Constituição Federal, recebendo-o no seu efeito devolutivo, e determinando a sua remessa ao Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.” (fls. 132/134).

Afls. 140/141, a Procuradoria-Geral da República se manifesta pelo não-provimento do recurso.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES — (Relator):

1. A jurisprudência desta Corte já se firmou (particularmente ao julgar a ADIN 176) no sentido de que o estabelecimento, em Constituição Estadual, de data-limite para o pagamento dos servidores estaduais e a determinação de correção monetária, em caso de atraso, não ofendem o princípio da independência dos Poderes, pois não implicam a criação de cargos ou o aumento de remuneração, nem ferem o poder de iniciativa exclusiva do Governador do Estado. Ademais, de há muito, e independentemente de lei que a imponha, este Tribunal se manifesta no sentido da incidência de correção monetária sobre os vencimentos pagos em atraso por entender tratar-se de dívida de caráter alimentar; assim, por haver, em última análise, a Constituição estadual reconhecido esse caráter a tais débitos, não há como pretender-se tenha ela invadido competência privativa da União Federal.

2. Em face do exposto, não conheço do presente recurso extraordinário.

EXTRATO DE ATA

Recurso Extraordinário nº 223454-1

Origem: RIO GRANDE DO NORTE

Relator: MIN. MOREIRA ALVES

Recte.: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Advds.: PGE-RN — LEILA TINOCO DA CUNHA LIMA E OUTRO

Recdas.: SALIZETE FREIRE SOARES E OUTRAS

Advds.: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA E OUTRO

Decisão: A Turma não conheceu do recurso extraordinário. Unânime. 1ª Turma, 05.05.98.

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octávio Gallotti e Ilmar Galvão. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Miguel Frauzino Pereira.

Ricardo Dias Duarte
Secretário